

ESCOLA JUDICIAL

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
Programa de Aperfeiçoamento

Edital nº 01/2024

Torna pública a abertura de inscrições para curso, destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, em processo de credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para fins também de promoção por merecimento.

O Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE, Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura de inscrições para o Curso "**Direito e Economia: Indivíduos e Sociedade**", a ser ministrado na modalidade semipresencial.

1. Do curso:

1.1 Nome: Direito e Economia: Indivíduos e Sociedade

1.2 Docentes previstos:

Ivo Teixeira Gico

Gustavo Kloh Muller Neves

Juliana Bumachar

Leonardo de Andrade Costa

1.3 Realização: Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro

1.4 Coordenador-Geral: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1.5 Coordenador Científico: Juiz de Direito Sívio Romero Beltrão

1.6 Modalidade: Semipresencial

1.7 Público-alvo: Magistrados e Magistradas do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

1.8 Carga horária: 40 h/a (sendo 21 h/a de aula presencial e aulas síncronas e 19 h/a de atividades assíncronas via Moodle)

1.9 Número de vagas: 40

1.10 Período de realização: De 15 de março a 13 de maio de 2024

1.11 Cronograma das atividades (datas, horários e locais das atividades):

Aula Presencial para os Magistrados da Capital, com transmissão ao vivo para os Magistrados das demais Comarcas do estado:

15 de março de 2024 (Módulo I) – das 09h às 12h e 14h às 17h, como segue:

Presencial - Sala FOFO da ESMAPE (3º andar)

Transmissão ao vivo Plataforma Zoom

Aulas Síncronas Online para todos os Magistrados e Magistradas (Capital e demais Comarcas)

27 de março e 03 de abril de 2024 (Módulo II) – das 19h às 21h30h – Plataforma Zoom

10 e 17 de abril de 2024 (Módulo III) – das 19h às 21h30 – Plataforma Zoom

24 de abril e 08 de maio de 2024 (Módulo IV) – das 19h às 21h30 – Plataforma Zoom

Atividades Assíncronas para todos os Magistrados e Magistradas (Capital e demais Comarcas):

De 15 de março a 13 de maio de 2024 – livre acesso - Plataforma Moodle

1.11 Guia do Aluno: Será encaminhado ao e-mail funcional do discente com a antecedência necessária para o regular andamento do curso.

2. Do conteúdo programático:

Módulo I - Análise Econômica da Responsabilidade Civil, Módulo II - Teoria Econômica da Propriedade e dos Contratos, Módulo III - Lei de Falências e Módulo IV - Aspectos Contábeis e Tributários.

Bibliografia

Gico Junior, Ivo Teixeira. Responsabilidade Civil Extracontratual, Capítulo de Livro do material produzido para o curso;

—. “Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito.” *Economic Analysis of Law Review*, Jan.-Jun de 2010: 7-33.

—. “Hermenêutica das Escolhas e a Função Legislativa do Judiciário.” *Revista de Direito Empresarial - RDEmp*, Belo Horizonte, ano 15, nº 2, p. 55-84, maio-ago, 2018.

—. Direito & desenvolvimento: o papel do direito no desenvolvimento econômico, *Revista de Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, ano 8, nº 2, p. 110-127, 2018.

Gico Junior, Ivo Teixeira. O capital jurídico e o ciclo da litigância.

—. Anarquismo Judicial e Segurança Jurídica. <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3270/pdf>

—. Anarquismo Judicial e Teoria dos Times.

https://www.researchgate.net/publication/285652695_Anarquismo_Judicial_e_Teoria_dos_Times —. De Graça, até Injeção na Testa: Análise Juseconômica da Gratuidade de Justiça.

https://www.researchgate.net/publication/284274771_De_Graca_ate_Injecao_na_Testa_Analise_Juseconomica_da_Gratuidade_de_Justica

—. Quando Mais é Menos: O Recurso Adesivo como Um Desincentivo a Recorrer.

https://www.researchgate.net/publication/305853668_Quando_Mais_e_Menos_O_Recurso_Adesivo_como_Um_Desincentivo_a_Recorrer

—. Despacho Saneador e Assimetria da Informação.

https://www.researchgate.net/publication/328080180_Despacho_Saneador_e_Assimetria_da_Informacao

—. O Paradoxo da Gratuidade de Justiça: a negação dos direitos humanos pela ampliação do acesso ao Judiciário.

<https://jus.com.br/artigos/69350/o-paradoxo-da-gratuidade-de-justica>

Acciarri, Hugo A. Elementos de Análisis Económico del Derecho de Daños. Colección de Derecho y Economía. Argentina: ALACDE, 2009.

Battesini, Eugênio. Direito e Economia: novos horizontes no estudo da responsabilidade civil no Brasil. São Paulo: Ltr, 2011.

Cooter, Robert e Ulen, Thomas. *Law & Economics*. 6th Ed. Boston: Addison-Wesley, 2012.

Landes, William e Posner, Richard A. *The Economic Structure of Tort Law*. New Haven: Harvard University Press, 1987.

Mackaay, Ejan e Rousseau, Stéphane. *Análise Econômica do Direito*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Posner, Richard A. *Economic Analysis of Law*. 7th Ed. New York: Aspen Publishers, 2007.

Schafer, Hans Bernd e Ott, Claus. *The Economic Analysis of Civil Law*. Northampton: Edward Edgar, 2004.

Shavell, Steven. *An Economic Analysis of Accident Law*. New Haven: Harvard University Press, 2007.

3. Dos Docentes previstos:

Ivo Teixeira Gico

Doutor em Economia (UnB), doutor em Direito (USP), mestre com honra máxima pela Columbia Law School (James Kent Scholar), especialista em Processo Civil pelo IBEP; é professor do mestrado e doutorado do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), onde leciona direito regulatório, direito concorrencial e direito dos contratos e é Visiting Professor da International Anti-Corruption Academy – IACA, em Viena, Áustria, onde leciona The Economics of Corruption e Compliance Programs. É autor e editor de vários livros, incluindo “Cartel: Teoria Unificada da Colusão” e “O Jurista que Calculava”, é membro-fundador e ex-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia – ABDE, criador e ex-Editor-Chefe da *Economic Analysis of Law Review* e palestrante no Brasil e no exterior sobre temas diversos, em especial de Direito e Economia.

Gustavo Kloh Muller Neves

Doutor e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor da FGV Direito Rio. Membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/RJ. Sócio do escritório Navarro, Botelho, Nahon e Kloh Advogados.

Juliana Bumachar

Advogada, Sócia de Bumachar Advogados Associados, Presidente da Comissão Especial de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência da OAB/RJ, Professora Convidada da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito Rio, membro do Núcleo de Estudos em Direito Empresarial e Arbitragem da FGV Direito Rio, do Grupo de Trabalho do CNJ para modernização da atuação do Judiciário nos processos de recuperação e falência e do Conselho Administrativo do TMA Brasil.

Leonardo de Andrade Costa

Doutorando em Direito da Regulação na FGV Direito Rio, mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Harvard Law School. Pós-Graduado em Contabilidade pela FGV. Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC-RJ. Bacharel em Direito pela PUC-RJ. Professor da graduação e pós-graduação da FGV Direito Rio e Auditor Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Co-docentes/Tutores

Silvio Romero Beltrão

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1993), Mestrado (2004) e Doutorado (2010) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014) com projeto de estudo sobre "Os aspectos jurídicos do consentimento informado - uma visão em face dos planos de validade e eficácia dos negócios jurídicos". É Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, professor da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É Juiz de Direito, Titular da 18a. Vara Cível - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Foi Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral. Foi Juiz Assessor Especial da 1a. Vice-Presidência do TJPE. Foi Juiz Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É Chefe do Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado. É Coordenador de Estudos Internacionais da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco- ESMAPE. Autor do Livro "Direitos da Personalidade" publicado pela Editora Atlas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado, atuando principalmente nos seguintes temas: direito civil, direito da personalidade, Direito Médico, bioética e responsabilidade civil. Bolsista da Capes 2013-2014. Atualmente é Juiz Supervisor da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE. Possui curso Formação de Formadores pela ENFAM.

Fernanda Chuahy

Possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie(1991). Atualmente é Coordenadora dos Juizados Especiais na Escola da Escola Judicial TJPE. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Possui o curso Formação de Formadores.

Luiz Carlos Vieira de Figueirêdo

Possui graduação em Direito para Universidade Católica de Pernambuco. Especialização pela Universidade Maurício de Nassau e Mestrado pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor da Escola Judicial de Pernambuco nos cursos de formação continuada e vitaliciamento de magistrados e capacitação de servidores. Participou como facilitador de cursos da ENFAM.É Juiz de Direito, titular da Vara Criminal de Abreu e Lima. Autor e Coordenador de obras jurídicas. Coordenador do Aperfeiçoamento de Servidores da ESMAPE. Possui curso Formação de Formadores e Tutoria pela ENFAM.

José Faustino Macêdo de Souza Ferreira

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2008). Pós Graduado em Direito Público pela Universidade Maurício de Nassau (Recife-PE). Cursando Mestrado em Inteligência Computacional pelo Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atualmente é Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Professor e Conferencista. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Empresarial, Ambiental. Atua nas áreas de inovação aplicada ao Poder Judiciário, com desenvolvimento de projetos de Inteligência Artificial. Coordena o IDEIAS-TJPE - Instituto de Desenvolvimento de Inovação Aplicada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco e o TJPELABS. Possui formação no curso Formação de Formadores pela ENFAM.

4. Das Inscrições e desistências:

4.1 As inscrições estarão abertas no período de **08 de fevereiro a 08 de março de 2024**.

4.2 As inscrições devem ser realizadas exclusivamente por meio do site <https://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/inscricoes>

4.3 Caso haja número maior de inscritos em relação ao número de vagas, serão observadas as ordens cronológicas das inscrições.

4.4 Na etapa presencial, Os magistrados pertencentes à Comarca da Capital e Região Metropolitana participarão do curso, exclusivamente, na modalidade presencial e os magistrados pertencentes às demais Comarcas participarão do curso, exclusivamente, na modalidade on-line (transmissão ao vivo).

4.5 Não será admitida a alteração da modalidade prevista no item 1.10 deste Edital.

4.6 Os Magistrados e Magistradas receberão, **exclusivamente**, em seu e-mail funcional a confirmação de sua inscrição. Após o prazo de inscrição, receberão novo e-mail, constando o **passo a passo ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Plataforma Moodle**, onde estará disponibilizado o link para transmissão das aulas síncronas (ao vivo) através da **Plataforma Moodle**, bem como as orientações para realização das atividades práticas (assíncronas), além do material didático do curso.

4.7 A desistência do magistrado de participar do curso deverá ser efetuada, também, exclusivamente, por meio do site <https://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/inscricoes>. Será admitida a desistência **até 05 de março de 2024**.

4.8 A desistência informada pelo magistrado após o prazo final previsto em Edital, bem como, sua ausência, ocasionarão, salvo justo motivo a critério da Escola Judicial, o seu impedimento em participar de ações de capacitação/aperfeiçoamento ofertados pela Escola Judicial pelo prazo de 03 (três) meses, contados do dia do final do curso objeto de inscrição, conforme Provimento nº 03/2018 do Conselho da Magistratura, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de dezembro de 2018.

5. Da avaliação do cursista:

5.1 Será exigida frequência mínima de 75% relativa às aulas síncronas (ao vivo) e presencial e tal aferição se dará através de relatórios de entrada e saída gerados pela plataforma virtual a ser utilizada.

5.2 A avaliação do cursista observará a participação nas aulas síncronas e presencial (item 5.1), bem como a realização das atividades assíncronas propostas pelo(s) tutor(es) atuante(s), podendo ser: interação nos fóruns de debates e a realização de atividades (Registro Reflexivo e/ou Estudo de Caso).

5.3 As atividades práticas assíncronas serão realizadas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Plataforma Moodle com atuação do(s) tutor(es) de modo a promover interação, provocar debates e dar feedbacks.

5.4 Para cada atividade haverá uma pontuação. Serão atribuídos às avaliações os conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente, equivalente à pontuação atingida.

5.5 Serão considerados aptos os cursistas com frequência mínima e que obtenham o conceito global igual ou superior ao regular

6. Das disposições gerais:

6.1 É recomendado, para melhor experiência nos acessos aos Cursos, o uso do Google Chrome na versão atual e as configurações mínimas para o computador, como Processador de 1,3 GHz ou equivalente, 2GB de memória RAM, Resolução mínima 1024x768 pixels, sistema operacional Windows/Linux/MAC;

6.2 Eventuais omissões deste edital serão decididas pela Diretoria Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE.

6.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 08 de fevereiro de 2024

Des. Jorge Américo Pereira de Lira

Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE